

**Empreendimento de Economia Solidária: Uma Análise da Autogestão Coletiva****Venture Solidarity Economy: An Analysis of Collective Self-Management**

Recebimento dos originais: 12/07/2015

Aceitação para publicação: 09/09/2015

**Luciane Cristina Ribeiro dos Santos**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas (PPGEPS) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU - PUCPR), Graduada em Gestão de Recursos Humanos.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Endereço: Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho - Curitiba, PR, CEP: 80215-901

E-mail: lu.ribeirocrs@hotmail.com

**Ana Cristina Mota de Camargo**

Arquiteta e Urbanista. Mestranda pelo PPGTU/ PUC-PR.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil

Endereço: Rua Imaculada Conceição, 1155, Prado Velho - Curitiba, PR, CEP: 80215-901

E-mail: ana.de.camargo@hotmail.com

**Alan Ripoll Alves**

Biólogo. Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pelo PPGMade/ UFPR.

Instituição: University of the Sunshine Coast, Austrália

Endereço: 90 Sippy Downs Dr, Sippy Downs QLD 4556, Austrália

E-mail: alanripoll@gmail.com

**RESUMO**

Com o predomínio na sociedade de um modelo socioeconômico baseado no capitalismo neoliberal, novas experiências vêm se desenvolvendo no interior de algumas comunidades como alternativas a esse contexto. O Clube de Trocas da Amizade, concebido em 2003 pelo hoje denominado Centro Educacional Marista Curitiba, como parte da Rede Pinhão de Clubes de Troca, consiste em um empreendimento de Economia Solidária, que permite visualizar diferentes manifestações de uma proposta ainda incipiente. Este estudo busca analisar a partir das questões relacionadas à Ecosocioeconomia Urbana, Economia Solidária e às Políticas Públicas o papel do Clube de Trocas da Amizade enquanto proposta de organização social. A pesquisa apresentou caráter qualitativo-descritivo, baseado em método analítico-exploratório. Entre os resultados obtidos, verificou-se que soluções práticas, no caso do Clube de Trocas da Amizade, possibilitavam não só o provimento da subsistência de seus participantes, como também o incentivo à criatividade, à educação, ao convívio social, à valorização de tais pessoas e o aumento de sua autoestima. Acredita-se que a promoção desse tipo de iniciativa em nível comunitário tanto urbano quanto rural, considerando-se suas particularidades, poderia desenvolver atividades mais integradoras entre os seus moradores, das quais um maior número de cooperativas poderiam se beneficiar, conforme os princípios da Economia Solidária.

**Palavras-chave:** Ecosocioeconomia Urbana. Economia solidária. Clube de Trocas.

**ABSTRACT**

With the predominance in society of a socioeconomic model based on neoliberal capitalism, new experiences have been developing within some communities as alternatives to this context. The Friendship Exchange Club, designed in 2003 by the now called Educational Center Marist Curitiba as part of Network Exchange Club Pinion, consists of a development of Solidarity Economy, which allows you to view different manifestations of a nascent proposal. This study seeks to analyze from issues related to Ecosocioeconomia Urbana Solidarity Economy and Public Policy the role of the Friendship Exchange Club as a proposal for social organization. The research presented qualitative-descriptive, based on analytical-exploratory method. Among the results, it was found that practical solutions in the case of the Friendship Exchange Club, made possible not only the provision of livelihood of its participants, as well as encouraging creativity, education, social life, the value of such people and increase their self-esteem. It is believed that the promotion of this type of initiative at community level both urban and rural, considering its particularities, could develop more integrated activities among its residents, of which a larger number of cooperatives could benefit, as the principles of economics solidarity.

**Keywords:** Ecosocioeconomia Urbana. Solidarity economy. Exchange Club.

**1 INTRODUÇÃO**

Os modelos de produção capitalista em vigor, com base nos setores industrial e terciário, voltados a uma racionalidade econômica que se alimenta de uma competição e de uma concorrência mercantil, tendem a desqualificar progressivamente o tecido social por meio da marginalidade e do desemprego.

A ação do Estado capitalista consiste em controlar e reprimir os indivíduos e grupos que não pensam, não decidem, não refletem sobre as suas vidas em termos autônomos livres. Em oposição a essa realidade estatal, as comunidades e coletividades de âmbito local e regional têm capacidades e possibilidades de auto-organização e de autogoverno de seus recursos naturais e humanos com maior facilidade que o Estado. As relações sociais baseadas no interconhecimento e uma identidade com o território tornam possíveis a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços mais harmoniosos com reciprocidade e igualdade, diminuindo as razões de trocas embasadas no lucro, na opressão e na exploração do homem pelo homem.

A autogestão da produção, da distribuição e do consumo de bens e serviços, identificados como necessidades estritas e supremas dos indivíduos e coletividades nos diferentes territórios revela-se cada vez mais constante. A democracia direta coloca-se como modelo de base oportunizando aos indivíduos e grupos a participação e decisão efetiva nos aspectos de funcionamento do território onde estão inseridos. A autogestão é uma maneira pacífica de

socialização de todos os membros da comunidade estimulando sua criatividade, espontaneidade, liberdade e responsabilidade.

Dessa maneira é imperioso o equilíbrio entre o Estado, as comunidades e as empresas autogestionárias. Enquanto o Estado fornece o suporte por meio de políticas públicas que orientam e auxiliam, as comunidades e empresas autogestionárias oferecem uma forma alternativa de economia que alivia a responsabilidade do Estado em oferecer oportunidades de emprego e trabalho a toda população.

Este estudo busca analisar a partir das questões relacionadas à Ecosocioeconomia Urbana, Economia Solidária e às Políticas Públicas o papel do Clube de Trocas da Amizade enquanto proposta de organização social. Além disso, visa-se apontar possibilidades de equilíbrio entre políticas públicas e iniciativas populares em um cenário que desfavorece o empreendimento autogestionário como uma alternativa para mitigar problemas como a pobreza, a marginalidade e o desemprego. A pesquisa apresentou caráter qualitativo-descritivo, baseado em método analítico-exploratório.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS**

O termo Política segundo a definição clássica de Aristóteles (4 a.C.) tem seu conceito derivado do adjetivo originado de *polis* (*politikós*), que significa tudo que se refere à cidade e o que é urbano, civil, público e social (DIAS; MATOS, 2012). “A política é a capacidade de produzir uma ação em benefício dos interesses públicos” sendo vista como um conjunto de interações que visam atingir determinado objetivo e, ao considera-la como tal, a política se insere nas várias ordens de uma sociedade - arte, religião, jogos amorosos, relação de trabalho, relações sociais entre outras (EGLER; TAVARES, 2012, p. 9). Desta maneira a política inclui múltiplos e diferentes significados, porém relacionados de algum modo, com a manutenção e a distribuição de poder, onde poder, para os cientistas sociais, é a capacidade de afetar o comportamento de outros e pode estar relacionado a um grupo ou indivíduo que tem a habilidade de fazer com que as coisas sejam realizadas por outras pessoas ou equipes a seu modo (DIAS & MATOS, 2012).

Por se tratar de um tema abrangente, quando se refere a Políticas Públicas, as mesmas recebem mais de uma definição. Segundo Souza (2006) as definições de políticas públicas, mesmo as mais reducionistas, são orientadas para a esfera onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, ou seja, nos governos. Mesmo ao dar preferência por abordagens diferentes, suas definições assumem de um modo geral, uma visão holística do tema em

que o todo é mais importante do que cada parte separada, isto é, os indivíduos, as instituições, interações, ideologias e interesses, e existe uma interdependência entre cada uma destas.

Quando associada à ação do governo, a política é uma atividade pela qual são conciliados os diversos interesses para o bem-estar e a sobrevivência de toda uma comunidade e as Políticas Públicas constituem um elemento comum da política e das decisões do governo e da oposição. Parte essencial das atividades do governo se refere ao projeto, gestão e avaliação das Políticas Públicas. Assim, a política pode ser considerada como a busca pela determinação ou influência de Políticas Públicas sobre um ou mais temas definidos. Como resultado disso é que o objetivo dos políticos, sejam quais forem seus interesses, consiste em chegar a estabelecer Políticas Públicas de sua preferência, ou bloquear aquelas que lhe sejam inconvenientes (DIAS & MATOS, 2012).

As políticas assim como as políticas públicas estão relacionadas ao poder social. Política é uma definição mais ampla e relacionada com o poder de modo geral enquanto que as Políticas Públicas correspondem a soluções específicas de como manejar os assuntos públicos (DIAS & MATOS, 2012).

A partir da Constituição de 1988, a participação das organizações da sociedade civil ampliou-se com o desenvolvimento de práticas que abriram espaço para o aumento da participação democrática. Desde meados de 1990 a revitalização da sociedade civil e refletida no aumento do associativismo e dos movimentos sociais organizados que pressionam a ampliação e democratização da gestão estatal (SCHIOCHET, 2009; DIAS & MATOS, 2012).

Ao longo do século XX, com o aumento da complexidade das sociedades e da capacidade de intervenção do ser humano a política se torna ainda mais importante, o que contribui para o surgimento da necessidade de ampla participação da população nos processos de decisão que ocorrem em diferentes âmbitos do poder, em particular no Estado.

## 2.1 POLÍTICAS, TERRITÓRIO E ATIVIDADES

As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades e devido á isso a política pública também interfere nas inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006).

O momento atual que tem como base o desenvolvimento capitalista e é caracterizado por uma globalização cada vez mais excludente, tem sido marcado pela busca da realização de formas de produção e comercialização alternativas com vista na construção de uma relação mais harmônica com o território, baseado nas potencialidades do mesmo e da comunidade que o realiza, para

alcançar um desenvolvimento de base local de maneira a garantir um modelo de desenvolvimento mais igualitário (MARCOS, 2007).

A expressão território deve ser estudada em sua totalidade não somente como uma delimitação física, mas por considerar também sua globalidade como espaço social que passa por mudanças nas condições gerais de produção e com poder de influência na política de gestão. O novo dinamismo que promove as transformações na base econômica com a diversificação das atividades contribui para a influência e a capacidade de intervenção de novos agentes sociais (EGLER & TAVARES, 2012).

A humanidade tem se dedicado na procura de formas de organização da produção capazes de oferecer uma vida em bases mais equitativa e com o respeito ao ambiente, ou seja, seu território. O mesmo momento histórico que gera um modo de capitalismo aparentemente hegemônico gera também as sementes de sua superação por meio de grupos com a necessidade de apresentar propostas a serem colocadas em prática a partir de uma revolução social concebida por movimentos anarquistas que tiveram suas raízes na Revolução Francesa e com seu postulado: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, divulgados no mundo todo (MARCOS, 2007). Dentre as novas propostas de desenvolvimento mais justa e igualitária encontra-se a Ecosocioeconomia, denominação dada aos grupos organizados formal ou informalmente que sobrevivem sob o eixo da economia de mercado, no entanto, com uma dinamicidade comunitária vinculada ao território (FELSKI, SAMPAIO & DALLABRIDA, 2010).

A Ecosocioeconomia possui algumas vertentes, entre elas, a Economia Solidária que configura uma proposta socializante e democrática dos movimentos sociais em um contexto ao qual existe conflito e contradições entre conquistas democráticas e o crescente desemprego e exclusão social com a crise de acumulação capitalista (SCHIOCHET, 2009).

### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA**

A economia solidária tem sua origem na Europa, logo depois o capitalismo industrial ocasionou uma resposta à crise gerada pelo novo arranjo produtivo baseado no uso da máquina, na industrialização dos processos e exploração dos trabalhadores, gerando o empobrecimento e a exclusão dos artesãos. No Brasil a economia solidária surge no final do século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração do trabalho, resultado das mudanças políticas e estruturais que afetaram o cenário econômico (SINGER, 2002).

Os princípios básicos da Economia Solidária são: a utilização da propriedade coletivamente e o direito à liberdade individual, dessa forma, a aplicação está em unir a força de

todos ao bem comum, por meio de organizações solidárias ou cooperativas onde existe igualdade de capital e decisão. Economia Social é composta de uma organização na qual a participação dos homens resulta em livre vontade, onde o poder não tem sua origem na detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros (SINGER, 2002).

A solidariedade econômica organiza-se igualmente para um bem comum, seja ela para a produção, comercialização ou investimentos. A igualdade é a chave para a economia solidária. Mesmo na organização solidária ou cooperativa, todos os sócios possuem a mesma parcela de capital e o mesmo poder de decisões. Não existe hierarquia entre os cooperados, de maneira que não há competição e os lucros acumulados são distribuídos igualmente (SINGER, 2002).

Segundo Brasil (2014), a economia solidária apresenta-se como uma alternativa inovadora de geração de trabalho e renda em resposta a favor da inclusão e participação social, pois permite que um grande número de pessoas possam desenvolver seus trabalhos e, assim, dividir os esforços e lucros, a fim de proporcionar o desenvolvimento comunitário territorial. Envolve diversas práticas econômicas e sociais, e estão organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empreendimentos autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

A economia solidária possui características que são apontadas por Brasil (2014) na sequência: a cooperação, que pode ser exemplificado pela existência de interesses e objetivos comuns; a união dos esforços e capacidades; a propriedade coletiva de bens; a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária, o qual envolve diversos tipos de organização coletiva, como é o exemplo de empresas autogestionárias ou recuperadas, assumida por trabalhadores. Relacionadas às associações comunitárias de produção, as redes de produção, comercialização e consumo. Assim como grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens, etc.), clube de troca e etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares que vão construindo uma nova racionalidade econômica.

Outra característica citada pelo Brasil (2014) é a autogestão, o qual os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação daí a importância de se construir por meio diálogo um caráter educativo destas organizações com objetivo de dinamizar suas práticas e articulações.

É apontado por Brasil (2014) a terceira característica como sendo a dimensão econômica, esta é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

A quarta característica da economia solidária é a solidariedade (BRASIL, 2014). Este caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, local, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores (BRASIL, 2014).

Dentre as quatro características acima citadas, é dada extrema importância para a autogestão dos empreendimentos solidários, ao reconhecer que a economia solidária incorpora tais características, percebe-se que, diferente do que prega o capitalismo, é possível produzir, distribuir e consumir de forma sustentável, gerando trabalho e distribuição de renda (BRASIL, 2014).

A solidariedade, a autogestão, a posse comum dos meios de produção, a cooperação e a centralidade do trabalho no ser humano são as principais características da economia solidária, sendo que a autogestão é o que transmite o “caráter solidário e não filantrópico” e diferencia a economia solidária das demais formas de gestão praticadas por organizações que seguem a lógica capitalista (IASKIO, 2007). Além disso, há uma discussão sobre o papel da assistência como direito e, a assistência como manipulação de classes ligada à questão do assistencialismo. Dessa forma, ao invés de criar condições para que sujeitos e organizações se emancipem e saiam da condição de ser gestado, ajudado e pensado por um sujeito externo, criando um contexto de dependência e exclusão, a economia solidária vem no sentido de “[...] garantir a sobrevivência das pessoas como direito radical decisivo, mas ainda mais relevante que isso é gestar a competência política de saber garantir a sobrevivência com as próprias mãos [...]” (DEMO, 2002, p.33) e por múltiplas mãos.

A autogestão acontece por meio da adoção de práticas que valorizam e propiciam a participação, democracia, coletividade e autonomia de um coletivo. Trata-se de um exercício cotidiano de partilha, que fortalece os relacionamentos e cooperação entre os membros do empreendimento. A horizontalidade nas relações, transparência e confiança são fundamentais neste modelo de gestão. É o modelo de gerir praticado por empreendimentos solidários, nesta forma de

organização todos os trabalhadores participam tanto da tomada de decisão quanto da sua execução. O poder de decisão cabe, portanto, exclusivamente aos trabalhadores.

Na visão de Freire (2000), para se chegar à autogestão, o caminho primordial é o diálogo, este deve ser a atitude permanente para encorajar as pessoas em uma relação de confiança, respeito e valor, só assim será possível construir o conhecimento coletivo.

Contudo, a economia solidária busca práticas de ação social baseada na racionalidade utilitarista, valorativa, conhecimento coletivo conforme o saber local que é a lógica fundamental da ecossocioeconomia. Dessa forma, surgem movimentos sociais comprovando que outra economia é possível e ela acontece de diferentes modos, entre eles, no formato de empreendimento de economia solidária o denominado clube de troca.

#### **4 CLUBE DE TROCA**

A proposta do Clube de Troca surge no contexto da economia solidária. A ideia principal destes empreendimentos é a troca solidária de produtos, serviços, conhecimento, saberes entre outros (SAMPAIO, ALVES & LENZ, 2010).

De acordo com Mance (2003), um clube de troca possui caráter voluntário, no qual reúne pessoas que estabelecem trocas econômicas utilizando moeda local ou social. A moeda social é criada e gerenciada pelos próprios voluntários, “tal moeda permite a troca indireta, estável, organizada e permanente de produtos e serviços entre pessoas que participam de um mesmo clube ou de clubes de trocas diferentes” (MANCE, 2003, p. 135).

O autor reforça que com a criação deste sistema de economia local, permite que seja complementada a economia oficial, o qual gera o câmbio de produtos e serviços de fácil acesso a todos, o que é incomum no mercado formal. Desta forma “o exercício de trocas, quando realizado constantemente, favorece o desapego de coisas materiais, bem como, de forma ou de outra, a criação de laços de afinidade e afetividade entre os atores envolvidos na troca” (SAMPAIO, ALVES & LENZ, 2010).

Esta prática surge como alternativa para a geração de trabalho e distribuição de renda, o qual promove a equidade relacionada à produção e consumo, o que possibilita recursos para que as pessoas melhorem a qualidade de vida, propiciando o bem viver sem exclusão social (MANCE, 2003).

Diante do exposto, é apresentada a seguir a experiência foco de estudo deste artigo, o empreendimento de economia solidária, o Clube de troca da Amizade.

#### 4.1 CLUBE DE TROCA DA AMIZADE

O Centro Educacional Marista Curitiba, anteriormente denominado Centro Social Marista Curitiba (CESOMAR), desenvolve desde 2008, atividades de fortalecimento das famílias educando-as por meio do “Grupo de Pais” (CAMARGO, 2014). De acordo com o documento produzido por um grupo de trabalho da Rede Marista de Solidariedade (RMS), o objetivo era o desenvolvimento do Projeto de Cidadania e Projeto Local, a pensar na dinâmica socioeducativa na perspectiva emancipatória a qual necessita considerar o território e a diversidade de atores, mapeamento de recursos, fortalecimento da rede socioassistencial e das políticas públicas assim como, com as relações cotidianas.

Os desafios para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo foram além dos problemas “societários: família, comunidade, espaços educativos etc., e lança-nos na busca por estratégias inovadoras de intervenção para atender as demandas de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias nas diferentes ofertas” (RMS, 2012, p. 49).

Dessa forma, se pensou em política de assistência social na forma de políticas públicas, a qual é destinada para a garantia de direitos sociais a população, seu resultado está na articulação do poder público, a sociedade e demais políticas públicas (RMS, 2012). Em complemento, o documento apresenta que o projeto, assume forma política o qual configura no alcance de direitos sociais, políticas de assistência social e demais políticas públicas.

Sendo orientados por parâmetros sociais: i) garantia da articulação das dimensões institucionais (social, pastoral e pedagógica); ii) vinculação a rede socioassistencial; iii) estabelecimento de parcerias, quando possível e necessário para o desenvolvimento proposto, atendendo-se para procedimentos institucionais e exigências legais; iv) periodicidade semanal ou quinzenal, com encontros de suas horas ou mais, de acordo com as atividades planejadas; v) público-alvo (famílias dos educandos da unidade e comunidade); vi) para o estabelecimento de projetos locais, a unidade deverá considerar o diagnóstico da realidade local (território), as expectativas e os anseios das famílias e os serviços prestados pela rede socioassistencial; vii) otimização dos recursos da unidade (RMS, 2012). Seguindo tais parâmetros, que estavam pautados como diretriz institucional do Serviço de Orientação Sociofamiliar e Socioeconomia Solidária, surgiu assim, as atividades do Clube de Trocas da Amizade.

O Clube de Trocas da Amizade é um empreendimento de economia solidária. Iniciou suas atividades no ano de 2003, sendo parte da Rede Pinhão de Clubes de Troca.

Inicialmente, o Clube de Troca da Amizade tinha encontros mensais, somente na prática das trocas solidárias. O grupo passou por diversos espaços físicos até permanecer no atual, devido

uma articulação entre a unidade social Marista Curitiba com o CEFURIA (é a sigla que se dá ao Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo. Criado em 1981, é um movimento popular que tem como objetivo, a formação e articulação dos movimentos populares de Curitiba e Região Metropolitana. Utiliza como ferramenta de trabalho a educação popular (CARNEIRO & BEZ, 2011), a unidade acolheu a partir de agosto de 2012 o Clube de Troca da Amizade, realizando atividades de desenvolvimento e ações voltadas à comunidade local por conta de diretrizes institucionais que fomentam essa prática, expandindo as participações para as famílias de educandos e do entorno da unidade (CAMARGO, 2014).

No ano de 2012, por conta deste novo cenário, os encontros tinham periodicidade mensal aos sábados pela manhã, no planejamento autogestionário para o ano de 2013, acordou-se no grupo a necessidade de aumentar esses encontros para quinzenais, tendo em vista a demanda de produtos para exposição na barraca que o Clube de Trocas da Amizade tem na Feira Permanente de Economia Solidária no Sítio Cercado, uma iniciativa do CEFURIA por meio da Rede Pinhão (CAMARGO, 2014). A Rede Pinhão é um Clube de troca, criado com o auxílio da Irmã Magda Luiza Mascarello (CARNEIRO & BEZ, 2011).

Camargo (2014) complementa que para 2014, foi sugerido que o grupo ocupasse alguns espaços durante a semana, contudo, devido ao perfil do grupo, isso ainda não é possível de maneira sistemática, sendo pontual em períodos de grande produção para subsídio das feiras. Os grupos expõem seus produtos não somente na Feira Permanente, como também, na Feira de Economia Solidária da PUC PR que acontece semestralmente.

Atualmente, o Clube é frequentado por 17 (dezessete) participantes (senhoras). As reuniões acontecem quinzenalmente aos sábados pela manhã onde são desenvolvidas as oficinas de artesanatos, o fortalecimento da prática da autogestão, cooperação, solidariedade e as trocas de produtos, serviços, saberes e vivências junto aos colaboradores da unidade e o público de atendimento que são as crianças, adolescentes e famílias (LITZ, 2014).

De acordo com o relato de uma integrante do grupo “no Clube de troca, aprendemos a união, onde não há competição e sim, uma soma. Há o reconhecimento do que produzimos, compartilhamos aquilo que não vai ser utilizado no momento, com o outro. Existe uma troca de aprendizados. Se o mundo aprende a trocar, não haveria tanta violência e tanto desperdício, tantos com fome e miséria, pois a semente da solidariedade tem que se espalhar pelo mundo afora”.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O modelo até então dominante no Brasil onde o Estado era o único responsável em prover o bem-estar da sociedade começa a se esvaír a partir de meados de 1990, incentivado após a Constituição de 1988 e a abertura da democracia, contribuindo pouco a pouco com a ampliação da participação popular por meio de associações, cooperativas e grupos de pessoas que começam a desenvolver formas de produção dos bens para a sua subsistência.

Contudo deve-se ter o cuidado para não partir de um extremo a outro ao substituir um sistema totalitário diferente do anterior e colocar de lado o Estado em detrimento de um modelo anarquista com uma economia independente, mas sem normas e políticas que a ajuste e contribua com a conexão entre grupos, associações e território.

A contemporaneidade coloca desafios intrigantes ao perceber a complexidade dos problemas, as características próprias dos atores dispostos a solucioná-los e as relações que possuem entre si. Com isso pode ocorrer o confronto entre os vários grupos de pessoas e associações que aplicam a economia autogestionária e têm seus interesses próprios. Dessa maneira um sistema ideal de economia é aquele que preza pelos papéis do cidadão e do Estado ao considerar a importância de cada um com suas ações efetivas e sincronizadas. Enquanto o Estado supre a necessidade com políticas, regras e normas direcionadas ao bem comum e o bom desenvolvimento de cada grupo e associações da ecossocioeconomia, os mesmos cumprem um importante papel à sociedade ao oferecer um novo meio de oportunidade para a empregabilidade e, com isso, evita a pobreza, marginalidade e a desigualdade social ao mesmo tempo em que retira a sobrecarga do Estado neste quesito.

Ao considerar os princípios e características da economia solidária e da ecossocioeconomia, percebe-se que diferentemente do que prega o capitalismo, é possível produzir, distribuir e consumir de forma justa, solidária e sustentável, gerando emprego e distribuição de renda e superando a alienação do trabalho. A via para que isso aconteça é o exercício da democracia, a partilha por igual dos resultados econômicos, políticos e culturais entre os participantes, assim como o reconhecimento do ser humano na sua integralidade. Nessa perspectiva, o ser humano é “sujeito e finalidade da atividade econômica”.

Com tais constatações, nota-se que simultaneamente surgem as complexidades, suas soluções e as formas de minimizá-las nascem de uma maneira quase natural. Por mais que o contrário seja dito e repetido, a realidade é muito mais simples do que é visualizada pelo ser humano. Soluções práticas como o caso do Clube de Trocas demonstram não só o provimento da subsistência de seus participantes como também o incentivo à criatividade, à educação, ao convívio social, à valorização das pessoas e o aumento de sua autoestima.

Acredita-se que a promoção desse tipo de iniciativa em nível comunitário tanto urbano quanto rural, considerando-se suas particularidades, poderia desenvolver atividades mais integradoras entre os seus moradores, das quais um maior número de cooperativas poderiam se beneficiar, conforme os princípios da Economia Solidária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **A economia solidária**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acessado em: 18 mai. 2014.

CAMARGO, G. **Rede Marista de Solidariedade**: Assistente Social do Clube de Troca da Amizade. Curitiba, PR, 2014. Entrevista concedida a Luciane Cristina Ribeiro dos Santos e Ana Cristina Mota de Camargo.

CARNEIRO, G.; BEZ, A. C. **Clube de troca**: rompendo o silêncio, construindo outra história. Curitiba - PR. 2ª ed. Editora Popular: CEFURIA, 2011.

DEMO, Pedro. **A Educação Pelo Averso: Assistência como Direito e como Problema**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas**. Princípios, propósitos e processos. São Paulo. Atlas. 2012. 252p.

EGLER, T. T. C.; TAVARES, H. M. **Política pública, rede social e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2012. 325p.

FELSKI, H.; SAMPAIO, C. A.; DALLABRIDA, I. S. Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 12, n. 1, p. 83-97. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87815121007>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo. Paz e Terra. 2000.

IASKIO, E. L. S. O que é economia solidária. In: BERGONSI, S. S. S. *et al.* **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social**: métodos e abordagens. Curitiba, 2007. pg. 49-63.

LITZ, A. **Rede Marista de Solidariedade**: Assistente Social do Clube de Troca da Amizade. Curitiba - PR, 2014. Entrevista concedida a Luciane Cristina Ribeiro dos Santos e Ana Cristina Mota de Camargo.

MANCE, E. A. **Como organizar redes solidárias**. RJ: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

MARCOS, V. Novas (u)topias velhos horizontes: Reflexões atuais sobre a teoria e a prática do desenvolvimento local auto-sustentável. In: PREVÊ, A. M.; CORRÊA, G. (Org.). **Ambientes da ecologia. Perspectivas em política e educação**. Santa Maria. Editora UFSM. 2007. p. 99-119.

RMS - Rede Marista de Solidariedade. **Parâmetros educacionais:** Rede Marista de Solidariedade. Curitiba. 2012.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia.** Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez. 2007.

SAMPAIO, C. A. C. (Org.) **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações.** Blumenau: EDIFURB. 2010.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; FALK, V. C. V. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: Interconectando o turismo comunitário com redes de Comércio justo. **Turismo Visão e Ação.** v. 10, n 2. p. 244 - 262, mai/ago. 2008. Disponível em: <[www.univali.br/revistaturismo](http://www.univali.br/revistaturismo)>. Acesso em: 14 mai. 2014.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; LENZ, T. C. Z. Encontro comunitário de trocas: um atrativo para o chamado turismo comunitário. Uma experiência solidária na Micro-Bacia do Rio Sagrado, Morretes, Paraná. **Revista de Cultura e Turismo.** v. 04, n. 2. p. 01 – 16, jun/2010. Disponível em: [http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano4-edicao2/artigo\\_1.pdf](http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano4-edicao2/artigo_1.pdf). Acessado em 13/ago/2014.

SAMPAIO, C. A. C. **Sistemas Urbanos:** introdução a ecossocioeconomia. Aula ministrada na PUCPR, Curitiba, 2014. (informação verbal).

SCHIOCHET, V. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: breves trajetórias e desafios. Boletim Mercado de Trabalho, Brasília, nº 40, p. 55-59, ago. 2009. Disponível em:

<[http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08\\_ECONS\\_institucionalizacao.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ECONS_institucionalizacao.pdf)> Acessado em: 14 jul. 2014.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** 3ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias.** Porto Alegre, nº16, p. 20-45, jul/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 12 jul. 2014.